



Desenvolvimento territorial: a experiência do planalto catarinense

Seção Temática: Experiências em Agroecologia

Resumo

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) Planalto Catarinense apresenta nesse artigo uma primeira visão do processo de levantamento e sistematização dos dados, através de mesas de diálogo e seminários intermunicipais voltados ao diagnóstico participativo das limitações e perspectivas da agricultura familiar. Este relato de experiência tem por objetivo subsidiar a gestão social das políticas territoriais e, sobretudo, contribuir para o fortalecimento de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas que visem a valorização dos potenciais endógenos da sociedade civil e a intersecção de políticas públicas municipais, estaduais e federal.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial; Gestão Social; Agricultura Familiar.

Territorial development: experience of Santa Catarina plateau

Abstract:

The Nucleus for Extension on Territorial Development (NEDET), presents in this article a first view of the information survey process and the data systematization through roundtables and seminars among municipalities aiming the participative diagnosis of the limitations and perspectives of family farming. This article aims to subsidize the social management of territorial policies, and above all, contribute to the strengthening of spaces, social actors, agents, markets and public policies which aim at fairness, respect for diversity, solidarity, social justice, the feeling of belonging, valorization of traditional knowledge and social inclusion as development indicators that promotes the endogenous potential of civil society and the intersection of municipal, state and federal public policies.

Keywords: *territorial development, social management, family farming*

Contexto

O projeto interinstitucional “Governança na Perspectiva da Gestão Social de Territórios da Cidadania de Santa Catarina e Paraná: uma Estratégia para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Solidário”, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento



Científico e Tecnológico (CNPq), prevê a criação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's).

O Território Rural do Planalto Catarinense é formado por treze municípios com características rurais similares segundo critérios adotados pelo MDA – Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Curitibanos, Frei Rogério, Ibiam, Monte Carlo, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Santa Cecília, Vargem e Zortéa.

Neste relato da experiência compartilhamos nossas primeiras impressões deste processo de ação, reflexão e prática da gestão social – identificando limitações e potencialidades que perpassam pelas atividades do Colegiado Territorial.

Descrição da experiência

As primeiras atividades no sentido de apoiar o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) foram de diagnóstico de sua atuação e prática, que se encontrava desarticulado e desmobilizado. O CODETER Planalto Catarinense atua desde 2004 na elaboração de ações e projetos de infraestrutura voltados para o fortalecimento da agricultura familiar territorial.

Nas primeiras reuniões houve pouca participação dos Conselheiros e foi verificado que a situação conjuntural do CODETER era de desmobilização e fragmentação entre os participantes. As atenções do NEDET se voltaram para uma rodada de encontros e entrevistas com os atores sociais com maior histórico de participação para a coleta de dados de modo representativo das diferentes interpretações sobre os processos vividos pelo Colegiado Territorial ao longo dos 10 anos de sua existência.

Ficou evidente que, o foco de atuação dos Conselheiros, voltado para a captação de projetos de infraestrutura, deixou sequelas. As decisões sobre quais projetos deveriam receber investimentos públicos do MDA, nem sempre foram tomadas por consenso, os processos de escolha dos projetos normalmente eram decididos por votação, causando um tipo de competição por recursos financeiros.



Devido à ênfase dos Conselheiros do CODETER na obtenção de recursos para seus municípios e organizações, de modo desarticulado entre os projetos, outras atribuições ficaram em segundo plano, tais como, a participação e gestão social, acompanhamento das políticas públicas, alimentação escolar e assistência técnica e extensão rural. Esta foi a situação diagnosticada pelo NEDET no período inicial de atuação.

Relacionando as linhas gerais do projeto interinstitucional com as condições encontradas no Território, a gestão social segue um padrão centralizado de governança conservadora – cada município é uma unidade fragmentada dos outros municípios. Pouca participação dos Conselhos Municipais na gestão de políticas públicas. A execução de forma integrada das políticas públicas é uma limitação a ser superada, pois a articulação entre os agentes e órgãos de diferentes instâncias do poder público não ocorrem num ambiente horizontal, conforme proposto pelo pacto federativo.

Um aspecto positivo construído pelo CODETER foi o seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), em 2011. Este documento de referência para as atividades do Colegiado possibilita um alinhamento entre a teoria e a prática. Além das informações básicas que caracterizam historicamente a identidade territorial, apresenta a visão de futuro, objetivos estratégicos, diretrizes, eixos de desenvolvimento e proposta de gestão.

As limitações encontradas pelo CODETER estão dentro do contexto de influência das políticas setorializadas, fortemente induzidas pelo Estado durante décadas, o que contribui para a ocorrência do baixo aproveitamento das capacidades de gerar a inclusão produtiva da agricultura familiar. O PTDRS (2011) do Planalto Catarinense destaca que seis dos treze municípios apresentam, ao mesmo tempo, taxas de crescimento populacional negativa e os maiores índices de pobreza do estado.

As principais atividades produtivas do território do Planalto Catarinense referem-se à proteína animal (bovinos, suínos, aves, ovos e leite) e à produção de grãos, principalmente alho.



Diante desse cenário, o CODETER do Planalto Catarinense possui 28 ações de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), executados de 2004 a 2014, com investimentos em: unidades de processamento de produtos apícolas; equipamentos para unidades de processamento de leite; equipamentos agrícolas; cantina para produção de vinho; equipamentos para processamento de plantas bioativas; apoio ao fortalecimento das cadeias produtivas de grãos, leite e alimentos agroecológicos; aquisição de caminhões e retroescavadeiras; e construção de um centro de formação.

Durante os roteiros de entrevistas, reuniões e plenária foi constatado que, a soma dos projetos de investimento em infraestrutura (PROINF) do Território, contribuiu pouco para a inclusão produtiva da agricultura familiar e poderia ter uma maior articulação entre os projetos e as políticas públicas. No entendimento dos participantes do Colegiado, o planejamento e gestão podem ser potencializados para que os projetos efetivamente se transformem em desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária e comunidades quilombolas.

O CODETER também avalia que houve uma ênfase demasiada na disputa por recursos em detrimento das ações voltadas para a inserção efetiva de agricultores familiares nas políticas públicas, especialmente os mais pobres e vulneráveis socialmente. Verifica-se que, uma nova metodologia de assistência técnica e extensão rural (ATER) faz-se necessária para promover a inovação tecnológica e desenvolvimento dos agroecossistemas para a promoção de condições que viabilizem as propriedades familiares sem causar endividamento nem o atrelamento ao domínio do grande capital agroindustrial, bem como contribua para a produção de alimentos limpos, livres de agrotóxicos; segurança alimentar e nutricional das populações rurais; bem como garanta os serviços ambientais pela conservação do solo e da água.

Foi apontado pelos membros do CODETER que os investimentos de PROINF isolados não são suficientes para gerar desenvolvimento sustentável e inibir a evasão rural. Portanto, a capacidade de planejamento, monitoramento e gestão social precisam ser ampliadas.



Resultados

O futuro da agricultura familiar enfrenta sérias limitações para integrar-se ao sistema agroindustrial de maneira viável. Este é um desafio que pode ser superado com apoio e investimentos em políticas de desenvolvimento territorial. O CODETER do Planalto Catarinense está mobilizado em criar atividades que valorizem as potencialidades produtivas, isso requer, por um lado, o fortalecimento da articulação institucional, e por outro, a consolidação da participação social.

Nesse sentido, o NEDET Planalto Catarinense acompanha e desenvolve um sistema de monitoramento do desempenho do CODETER e suas ações, criando vínculos institucionais com os atores territoriais. A troca de informações e ações entre assessores, conselheiros, agentes públicos e atores sociais possibilita o levantamento de dados, informações e a produção de conhecimento que pode contribuir de forma relevante às atividades de pesquisa, ensino e extensão associado ao efetivo desenvolvimento territorial.

Referencias bibliográficas

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Editores Associados – 2 ed. Campinas, 2003.

DALTORA, I. C.; ESPANHOL, G. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Catarinense**. SDT/MDA, 2011